

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.669 - PI (2019/0206151-7)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE : SIOMARIA DOS SANTOS GOMES**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que, à unanimidade de votos, negou provimento à apelação, mantendo, na íntegra, a sentença que condenou SIOMARIA DOS SANTOS GOMES à pena de 1 (um) ano, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime aberto, por infração ao art. 171, §3º, do Código Penal, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 430):

***PENAL. FRAUDE CONTRA SEGURO DESEMPREGO. ALEGAÇÕES FINAIS ORAIS. CRIME IMPOSSÍVEL. TENTATIVA. APELAÇÃO DESPROVIDA.***

*1. A regra no processo penal é de que a nulidade somente deve ser declarada se a eventual erronia do ato processual tiver gerado, de forma objetiva, um prejuízo à parte. Essa é a regra do art 563 do CPP, pois a anulação de atos processuais significa a perda de atividades realizadas, prejudicando as partes e a atividade judicante, acarretando mais demora na prestação jurisdicional, por isso a regra já assinalada de que os prejuízos decorrentes da nulidade a ser reconhecida sejam concreta e efetivamente demonstrados*

*2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou-se no sentido de que a ausência de apresentação de resposta aos recursos, quando a defesa tenha sido regularmente intimada, não representa prejuízo à parte, sendo dispensável, e, portanto, não acarreta a nulidade processual. A nulidade, portanto, é vista sob o ponto de vista do prejuízo. Se não há prejuízo à defesa ou à acusação, nenhum ato será declarado nulo (art. 563 - CPP)*

*3. Na hipótese, a acusada por meio de seu advogado legalmente constituído, foi intimada na audiência de instrução para apresentar as alegações finais orais, que é a regra do art. 403 do CPP. Se, embora intimada, deixou de apresentá-la e mesmo com pedido defendo não apresentou a peça no tempo indicado, não há prejuízo algum alegado, pois deixar de realizar o ato processual por sua própria conta não constitui falta de defesa.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Não há existência de crime impossível quando a falsificação não se mostrar grosseira, sobretudo em situação na qual a acusada chegou a ter ao seu dispor valores do banco público, mediante o falso ideológico com a apresentação do requerimento de seguro-desemprego e do falso, mediante a apresentação de identidade, em que tentava receber valores.

5. A redução da pena pela tentativa deve considerar o iter criminis percorrido pelo agente para a consumação do delito (art 14, II, parágrafo único, do CP). Havendo aproximação da consumação do crime, sendo obstada apenas pela atuação dos empregados da empresa pública, está correto o percentual mínimo de redução fixada pela sentença condenatória.

6. *Apelação desprovida*

Nas razões do especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a Defensoria Pública violação dos arts. 59, 65, III, "d", 67 e 109 todos do Código Penal.

Sustenta, em preliminar, a ocorrência da prescrição, insurgindo-se, ainda, contra a dosimetria.

Contra-arrazoado (e-STJ fls. 450/463) e admitido (e-STJ fls. 471/473), manifestou-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo não conhecimento/desprovimento, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 486):

*RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE ESTELIONATO. ART. 171, § 3º, C/C ART. 14, II, AMBOS DO CP. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. MARCO INTERRUPTIVO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRECEDENTES DO STF. REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA IMPOSTA E RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO. MATÉRIAS NÃO PREQUESTIONADAS. INCOMPETÊNCIA DESSA CORTE SUPERIOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 211/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO OU PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.*

É o relatório. Decido.

Com razão a defesa quando sustenta a ocorrência da

# *Superior Tribunal de Justiça*

prescrição.

Isto porque, nos termos do art. 115 do CP, "são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos".

Na hipótese, por fato ocorrido em maio/2014, SIOMÁRIA DOS SANTOS GOMES, nascida em 19/03/1995, foi condenada à pena de 1 (um) ano, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão.

O prazo prescricional é de 2 (dois) anos, já reduzido à metade, em razão da menoridade, conforme determinam os arts. 109, inc. V, e 115, ambos do Código Penal.

Prescrita está a pretensão punitiva, tendo em vista o decurso do referido lapso, desde a sentença proferida em 22/10/2014 (e-STJ fl. 293), último marco interruptivo.

Ressalte-se que, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o acórdão que confirma a condenação não constitui marco interruptivo da prescrição.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA NOS TERMOS LEGAIS.*

[...]

*EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. TRANSCURSO DO LAPSO TEMPORAL ENTRE OS MARCOS INTERRUPTIVOS. NÃO OCORRÊNCIA. INSURGÊNCIA IMPROVIDA.*

*1. Firmou-se no âmbito de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção deste Tribunal Superior o entendimento no sentido de que o acórdão que apenas confirma o decreto condenatório, como na hipótese, não constitui marco interruptivo da prescrição.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Considerando que o agravante foi condenado à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, o prazo a ser observado para o cálculo da prescrição da pretensão punitiva estatal é o previsto no inciso VI do art. 109 do Estatuto Repressivo, qual seja, 8 anos. Porém, verificando-se que à época dos fatos o réu possuía idade inferior a 21 anos, o prazo prescricional é reduzido pela metade, nos termos do artigo 115 do CPP, resultando no prazo de 4 anos.

3. Fixado o prazo prescricional aplicável à espécie, registre-se que a denúncia foi recebida em 24.9.2014, a sentença condenatória foi publicada em audiência em 7.7.2015 e o julgamento do apelo apresentado pela defesa ocorreu em 05.4.2018.

4. Dessa forma, constata-se que entre a publicação da sentença condenatória - 7.7.2015 - e a última data do prazo para a interposição do recurso especial - 28.9.2018 -, não transcorreu o lapso prescricional superior a 4 anos, necessário à configuração da prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do disposto no art. 109, VI, do Código Penal, c/c com o art. 110, § 1º, ambos do Estatuto Repressivo, o que afasta a pretensão defensiva.

5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1469003/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 06/06/2019)

**PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. 1. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. MARCO INTERRUPTIVO. INADEQUAÇÃO. 2. LAPSO TEMPORAL IMPLEMENTADO. PUNIBILIDADE EXTINTA. 3. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. Como é cediço, "a Corte Especial deste Tribunal Superior, no julgamento do AgRg no RE nos EDcl no REsp n. 1.301.820/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 24/11/2016, pacificou o entendimento de que o acórdão confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo prescricional, ainda que modifique a pena fixada" (AgRg no AREsp n. 1078172/PE, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, DJe 1º/6/2018). Dessa forma, "firmou-se no âmbito de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção deste Tribunal Superior o entendimento no sentido de que o acórdão que apenas confirma o decreto condenatório, como na hipótese, não constitui marco interruptivo da prescrição" (AgRg no AREsp n. 989.502/GO, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 29/10/2018).

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Na hipótese dos autos, o paciente foi condenado à pena de 2 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, a qual prescreve em 8 anos, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal. No entanto, em razão de ser menor de 21 anos à época dos fatos, a prescrição é reduzida pela metade, nos termos do art. 115 do Código Penal. A sentença condenatória, último marco interruptivo da prescrição, foi publicada em 13/9/2011 e, em 30/11/2017, foi dado parcial provimento ao agravo em recurso especial do paciente, para reduzir a pena. Reitero, dessarte, ter-se implementado o prazo de 4 anos, entre a publicação da sentença, último marco interruptivo, e o trânsito em julgado, o qual se verificou em 27/2/2018.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no HC 494.797/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 10/05/2019)

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial para, reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, declarar extinta a punibilidade da recorrente.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator